

A IMPORTÂNCIA DOS MANANCIAS PARA A FIXAÇÃO DAS COMUNIDADES EM DETERMINADOS LUGARES, O “AÇUDE DO TRIBOFE”: UM ESTUDO DE CASO.

Natan Gomes de Oliveira¹

RESUMO

O objetivo da pesquisa é conscientizar a comunidade sobre os problemas socioambientais causados pela ação antrópica no “açude do tribofe” no município de Belém, localizado no Agreste paraibano. A educação ambiental deve ser entendida como uma forma de conscientização no exercício da cidadania. A proposta é analisar as diferentes concepções de educação ambiental na atualidade, até porque, a abordagem territorializada da pesquisa levará em consideração as práticas sociais, bem como as formas de relação da sociedade/natureza permitindo lançar um feixe de luz sobre os problemas socioambientais. A revisão bibliográfica será importante para a compreensão e ordenamento do objeto investigado, assim como para a confecção do trabalho. As categorias geográficas território/lugar serão os elementos teórico-metodológicos de orientação do estudo. A relação entre meio ambiente e educação para o cidadão assume um papel cada vez mais desafiador, na contemporaneidade e qualquer atividade econômica causa impactos socioambientais. Esse cenário é o nosso maior interesse de estudo. Os resultados e discussão mostram que as transformações, podem ocorrer diariamente no âmbito do município, bairro, comunidade ou na escola, pois ela é determinante para a formação cidadã. O momento atual exige que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um caráter mais propositivo, de forma especial para poder questionar de forma concreta a falta de iniciativa dos governos no sentido de programar políticas pautadas nos binômios sustentabilidade e desenvolvimento num contexto de crescentes dificuldades para promover a inclusão social. Portanto, a educação ambiental abre um estimulante espaço para repensar práticas sociais.

Palavras-chave: Conscientização. Açude do Tribofe. Educação Ambiental. Comunidade.

INTRODUÇÃO

Segundo Reigota (1998), a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. A água é uma das principais definidoras do território, enquanto motivo de ocupação e organização social, política, cultural e econômica dos lugares pela espécie humana em sua saga de movimentos pelo espaço geográfico.

Na concepção Nunes Filho e Salvador (2020), hoje a um constante processo de modificação, seja na natureza, sejam no bairro, seja nas casas, seja em qualquer lugar, uma vez que as transformações socioambientais causada, na natureza, pelo homem, vem se

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, campus III – Guarabira/PB. natan_gomes_uepb@hotmail.com

deteriorando cada dia a mais e, além disso, podemos observar tudo isso, simplesmente, quando analisamos os conteúdos geográficos.

Segundo (DREW, 2010), a água doce, considerado aqui como conteúdo geográfico, é o mais importante recurso da humanidade individualmente considerado. Foi por causa da água potável, que a alteração socioambiental pautado no tempo e no espaço aconteceu e isso, provocou as primeiras tentativas do homem em modificar o ambiente natural e além desse artifício, o ser humano pode se apropriar de outros recursos.

Os procedimentos metodológicos consistiram em primeiro lugar nas análises das bibliografias, em segundo lugar no trabalho de campo pautada na sondagem e na observação da paisagem. Além de informação baseado no eixo temático. A pesquisa pautada na fundamentação teórica já se constitui como ponto relevante para o objeto de estudo. Portanto, a educação ambiental transformadora deve ser considerada na práxis da sociedade como uma forma de conscientizar as pessoas a respeito da degradação do meio ambiente.

O objetivo da pesquisa é conscientizar a comunidade que vive em torno do 'açude tribofe' sobre os problemas socioambientais, causado no manancial no município de Belém/PB, localizado na mesorregião no Agreste paraibano e na microrregião de Guarabira/PB. Por fim espera-se que a pesquisa consiga apresentar uma análise mais realista possível do açude do tribofe, para que tanto o poder público quanto os atores sociais envolvidos, possam ter acesso ao trabalho para fazer um melhor planejamento do uso racional dos recursos comuns e privados que estão na base territorial.

METODOLOGIA

O método usado no trabalho, já se constitui como ponto relevante para analisar o objeto de estudo, e, além disso, evocando a educação ambiental pautando, no ser humano, o despertar e a formação da consciência ecológica para o exercício da cidadania. O objetivo da pesquisa é conscientizar a comunidade que vive em torno do 'açude tribofe' sobre os problemas socioambientais causado naquele manancial.

A metodologia partiu-se em primeiro lugar de análise das bibliografias consultadas que será importante para a compreensão do objeto investigado, bem como para a confecção do trabalho. Em segundo lugar na pesquisa empírica, pautada na sondagem e na observação do lugar, em terceiro lugar sites pesquisado na internet relacionado à temática.

Num primeiro momento, as leituras serão dirigidas para o objeto estudo, no qual já foram mencionadas as dimensões do território/lugar e sociedade/natureza serão os elementos

teóricos de orientação. Em seguida, a pesquisa bibliográfica será direcionada de uma forma mais específica para a questão local.

Segundo Sánches (2006), o termo avaliação de impacto ambiental é um instrumento de política ambiental adotado atualmente em inúmeras jurisdições - países, regiões ou governos locais, assim como por organizações internacionais, como bancos de desenvolvimento e por entidades privadas. Sabemos que isso não ocorre de um dia para outro nem de uma noite para outra, mas requer um determinado tempo para que o povo possa ir modificando atitude e comportamento sobre os problemas socioambiental que causam.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para o temário geográfico, foram considerados autores: Guimarães (2004), Enrique Sánches (2006), Santos (1999), Drew (2010), entre outros. Além disso, esses autores trabalham na linha da conscientização e, podemos dizer assim, por mundo melhor. Para o estudo da temática, foram escolhidos o território e o lugar. Sales e Alves (2013, p.179) argumentam, “território é a produção humana a partir do uso dos recursos que dão condição à nossa existência”.

Enquanto Raffesttin (1980, p.143), afirma “território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Souza (1999, p.84) discorre “a ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto”.

Nunes Filho e Salvador (2020, p 11), asseveram, sobre a categoria em questão, que: “quem usufrui do território tem uma identificação positiva e, assim, efetiva a apropriação do espaço”. Nesse contexto, compreendemos que o território está associado assimilação de poder e esse passa por nível local, regional e global pautado na relação da disparidade social.

Nesta perspectiva, lugar é resgatado na Geografia como conceito fundamental, para se analisar o que sucede no âmbito local ou nas palavras de Santos (1999, p. 273) “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. Assim, compreendemos que o mesmo se entrelaça sobre outras análises e essas estão no objeto de estudo, o qual sobrevive anos após anos em diferentes ópticas.

Para Lopes (2012, p. 27), “o lugar tem qualidade de construção social que se dá ao longo da história, isto é, uma construção sócio-histórica, que cumpre determinadas atribuições

na lógica social”. Ainda com o autor, (2012, p. 27), “não importa qual época estamos analisando na história, o mundo, a sociedade se define como um conjunto de possibilidades, e cada lugar têm sua diferença por realizar apenas uma perspectiva das muitas possibilidades que existe”. Dessa forma, ao analisar de forma breve as especificidades da categoria lugar, percebemos que esta abrange diferentes entendimentos sobre temas geográficos, a qual serve de objeto de estudo para distintos objetos geográficos.

Na concepção de Mendes, Sousa e Pereira (2017, p.153), “lugar na ciência geográfica nos remete a uma formação de alunos que aprendem desde muito cedo a terem noções espaciais concretas quanto ao lugar que ele está inserido e as suas implicações sociais, culturais, entre outras”. Nessa linha de concepção, Costella e Shaffer (2012, p. 65) argumentam: “o lugar próximo é oferecido como leitura inicial, pois o entendimento do contexto do aluno, de como ele se vê, como se reconhece neste lugar, como reconhece os outros, (...)”. Portanto, conhecer as características do lugar fazendo conexão com a preservação dos mananciais é exercitar a verdadeira cidadania.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ações antrópicas desordenadas em torno do manancial.

Nos dias de hoje, os seres humanos estão agredindo ao meio natural de forma avassaladora. Contudo não consegue conviver com os problemas que estão surgindo constantemente no cotidiano. Não é de hoje, que a degradação aos recursos hídricos vem sendo discutida (isso acontece desde o século XIX), porém é neste momento, que se observa uma maior intensificação de impacto sobre os recursos hidrológicos provocado pela sociedade. Segundo a concepção de Luckesi (1994),

O ser humano é prático ativo, uma vez que é pela ação que modifica o meio ambiente que o cerca, tornando-o satisfatório às suas necessidades; e enquanto transforma a realidade, constrói a si mesmo no seio de relações sociais determinadas. Na sociedade moderna, o ser humano é um ser prático, que age no contexto da trama das relações sociais desta sociedade, que, em última instância, caracteriza-se pela posse ou não de meios sociais de produção. (p.110, 1994)

Segundo Drew (2010), é no momento atual que a poluição da água toma conta dos diferentes mananciais, sendo comum uma intensificação desta no mundo hidrológico. Diante

desse contexto, os seres humanos serão os mais prejudicados na falta dos recursos econômicos, social, água, educacional. Uma vez que isso só aumenta a disparidade social etc.

Segundo Luckesi (1994, p.111), o ser humano é o um feixe de necessidade e, para satisfazê-las, age sobre o “meio ambiente”, transformando-o criativamente, fazendo-o propriamente seu. A ação antrópica sobre a natureza sempre aconteceu, no entanto é no momento atual, que os prejuízos desta ação estão sendo vivenciado no habitat urbano da sociedade (DREW, 2010). Estas ações podem ser de assoreamento, poluição das águas, urbanização, falta da mata ciliar, os diferentes tipos de lixos. Como não poderia ser diferente é o que está ocorrendo no 'açude do tribofe'. Diante disso, podemos analisar os ensinamentos de LUCKESI, (1994):

“A ação humana exercida, coletivamente, sobre a natureza possibilita ao ser humano compreender e descobrir o seu próprio modo de agir. O ser humano age sobre o meio ambiente, natural e social e, ao mesmo tempo; reflete sobre a sua ação, para entender o seu modo de agir; a seguir, volta à ação instrumentalizada por um entendimento mais avançado e assim sucessivamente”, (1994, p. 111)

Com base nessa concepção, compreendemos que a sensibilização do ser humano sobre os problemas ambientais próximos dos mananciais é essencial, para que ele possa tomar decisão correta de como agir e preservar as nascentes de água doce. Para Guimarães (2004), essa é uma compreensão de mundo que tem dificuldades em pensar o junto, conjunto, totalidade complexa. Focado na parte, vê o mundo partido, fragmentado, privilegiando uma dessas partes, o ser humano, sobre as demais, a natureza estabelece uma diferente hierarquização que constrói a lógica da dominação.

A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas. Os autores reforçam a ideia de modificação no pensamento da sociedade sobre o conceito de educação. Como também, propõem o trabalho em equipe para serem alcançados os objetivos.

Atualmente, o avanço para uma sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que existe uma restrita consciência na sociedade a respeito das implicações do modelo de desenvolvimento em curso. Pode-se afirmar que as causas básicas que provocam atividades ecologicamente predatórias são atribuídas às instituições sociais, aos sistemas de informação e comunicação e aos valores adotados pela sociedade. (JACOBI, 1998).

Segundo Reigota (1998), a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. Assim, a educação ambiental deve ser acima de tudo ato político voltado para a transformação social. O seu

enfoque deve buscar uma perspectiva holísticas de ação, que relacione o homem, a natureza e o universo ora dicotômica ora harmoniosa e sem isso não tinha como sobreviver, já que estão entrelaçados, especialmente porque o homem precisa da natureza para viver.

As políticas ambientais e os programas educativos relacionados à conscientização da crise ambiental demandam cada vez mais novos enfoques integradores de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades, que transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis. Assim, sermos seres sensibilizados a respeito das dificuldades que acontece sobre a natureza, é essencial para que possamos agir de forma consciente de como preservar os recursos que encontramos no meio ambiente.

Um olhar do poder público local sobre o manancial “açude do tribofe”

O direito a um ambiente sadio para os presentes e futuras gerações é hoje, amplamente reconhecido, mas essa situação é recente e, claro, o reconhecimento de fato (SÁNCHEZ, 2006). O mesmo autor (*op. cit*, p.405) diz que “o melhor modo de tratar as questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, em vários níveis”. Infelizmente o que acontece é que teoria e práticas às vezes não andam junto, ou seja, a lei existe, no entanto, não são cumpridas. Segundo a concepção de Cunha e Guerra (2009), qualquer atividade humana causa impactos ambientais. A exploração de recursos naturais tem causado uma gama variada de danos ambientais.

Nesse sentido, o que acontece no manancial do tribofe, podemos dizer assim, é o abandono dos deveres do poder municipal para com a sociedade. Por outro, o povo não faz a sua parte que consisti em cobrar dos gestores municipais as obrigações que são discutidas nas reuniões (câmara dos vereadores) e não são colocados em prática. Isso vem ao encontro dos resultados analisados por Luna e Alves (2013, p.163) em seu trabalho intitulado: “Processo de Degradação do Rio Gurinhém Oriundo das Atividades Econômicas no Município de Sobrado/PB”, quando afirmam “não há políticas públicas que lidem com esse problema”.

Segundo Jacobi (1998), a educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação. Os desafios da construção de uma cidadania ativa configuram-se, como elemento determinante para a construção e fortalecimento de sujeitos cidadãos que, portadores de direitos e deveres, assumam a importância da abertura de novos espaços de participação.

Nessa linha de pensamento, o cidadão é aquele que se compromete com mudança e transformação. Portanto, a modificação de atitude pode acontecer no bairro, no município, na escola, pois ele determina que tipo de educação que para sua vida. Se não for assim, o tempo vai passando, as dificuldades vão aumentando e, a falta de educação ambiental nesse local vai sendo esquecido. Além disso, a participação do poder público com políticas públicas, voltada para a natureza é um tema estudado nas disciplinas de planejamento e de ciências sociais.

No entanto, Guimarães (2004) enfatiza que essa educação é uma educação conservadora, pois não consegue mudar o comportamento das pessoas atrelada à dificuldade que eles enfrentam do cotidiano. Para os moradores, que mora entorno do manancial do açude do tribofe o governo municipal não tem nada a ver com as dificuldades que o açude vem passando. Outros dizem que as responsabilidades, são tanto do governo do estado quanto do governo municipal. Essa concepção analisada acima vem de e ao encontro dos resultados analisados por Sales e Alves (2013, p.188), em seu trabalho, quando argumentam: “o poder local em conjunto com a comunidade pode e deve atuar para proteger os recursos hídricos”.

Quando questionamos, as pessoas dizem que não tem tempo disponível para falar com o gestor municipal a respeito dos problemas socioambientais em torno do açude do tribofe. Além disso, lembram que são dona/o de casa e tem muito que fazer. Na concepção de Jacobi (1998), as pessoas esperam pelo poder público, para que possa programar políticas, pautada na sensibilização sobre a importância de preservar os mananciais, enquanto ele espera delas uma organização para questionar os direitos ao poder público, fazendo com que tome uma decisão importante, buscando solução junto aos gestores municipais.

Educação ambiental: ora transformadora, ora reprodutora.

Comumente assistirmos através da mídia televisiva, o quanto são graves os problemas socioambientais. Afinal, o que a sociedade está fazendo para tentar reduzir esses problemas? Na realidade pouco ou nada se faz, em alguns casos para defender interesses dos patrocinadores, o volume de informação veiculada através da mídia ganha uma proporção descomunal, o que acabam acarretando alienação das massas.

Diante disso, é fundamental o reconhecimento da realidade dos problemas ambientais que o mundo moderno, vem passando no momento, para que as pessoas se conscientizem e busque na educação ambiental transformadora uma solução. Essa forma descrita, em nosso trabalho, vem ao encontro dos resultados analisado por Sales e Alves (2013, p.185), em seu trabalho cujo título é: “Ações Antrópicas na Bacia Hidrográfica do Rio Cabedelo – João

Pessoa/PB”, quando discorrem que “100% dos entrevistados nunca ouviram falar em ação antrópica e 70% nunca ouviram falar em planejamento ambiental; e os 30% restante já ouviram falar, mas não souberam explicar o que seria”.

Deste modo, vivemos num mundo onde a práxis da sociedade é baseada na educação ambiental reprodutora, ou seja, ouvimos informação sobre a mesma mais num dado momento não sabe explicar o que seria. Portanto, diante da degradação ambiental a sociedade fica jogando a responsabilidade para um e para outro, porém não reconhece que são protagonistas dessa realidade. Para Sales e Alves (2013, p.175), “as alterações ocorridas nas ultimas décadas durante o processo de territorialização da área que compreende a bacia de estudo e os problemas de ordem ambiental decorrem da ação antrópica”

Nessa perspectiva, apostamos em uma educação ambiental transformadora pautada na reflexão, na retomada da conscientização, na resensibilização principalmente dos moradores que mora envolta do manancial, uma vez que esse é uma fonte de água, considera de forma essencial para a sobrevivência. Para Luna e Alves (2013, p.163), “é necessário elaborar projetos que viabilizem a educação ambiental dos agropecuaristas que, utilizam este rio como recurso para as suas atividades”, de forma especial invocando a conscientização da população.

Diante disso, é que entra o nosso trabalho, nas palavras de Miller Jr. “neste século, muitos analistas nos desafiam a dedicar mais atenção ao desenvolvimento econômico sustentável e no que se refere ao meio ambiente [...] a chave é reconhecer que a maioria das mudanças econômicas e políticas são resultado de ações individuais e de indivíduos agindo conjuntamente para promover mudanças por meio de ação envolvendo pessoas comuns, de baixo para cima” (MILLER JR. 2012, p 17). Nesse sentido, tornar-se um cidadão crítico e consciente no mundo, onde a informação é cada vez mais perversa; é uma necessidade para exercemos o pleno exercício do direito de cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término do trabalho, foi possível percebermos a falta de políticas públicas destinadas ao manancial açude do tribofe. Consequentemente observamos a degradação do espaço físico, a ocupação irregular, o processo de urbanização desordenado e a falta de educação ambiental por parte da comunidade que reside no local. Podemos verificar ainda, que existe um verdadeiro descaso quanto às ações preventivas a serem executadas pelo poder municipal, bem como desenvolver políticas pública no viés de sensibilização para o local.

Com os resultados e discussão, analisamos que as pessoas a qual vivem próximo do manancial não possuem ainda a noção de valor de preservação e de conservação, daquilo que lhe foi oferecido. É neste ponto que entra o nosso trabalho, buscando conscientizar a comunidade sobre a importância da educação ambiental transformadora no habitat urbano ou nas palavras de Miller Jr. “neste século, muitos analistas nos desafiam a dedicar mais atenção ao desenvolvimento econômico sustentável e no que se refere ao meio ambiente.”

Desta forma, o ser humano é o um feixe de necessidade e, para satisfazê-las, age sobre o “meio ambiente”, transformando-o criativamente, fazendo-o propriamente seu. Consequentemente a ação antrópica sobre a natureza sempre aconteceu, sobretudo no passado e com ênfase no momento atual, pois os prejuízos desta ação estão sendo vivenciada no ambiente urbano pelo ser humano (DREW, 2010).

REFERÊNCIAS

- COSTELLA, R. Z.; SHAFFER, N. O. **A geografia em projetos curriculares: ler o lugar e compreender o mundo**. Erechim: Edelbra, 2012. 128p.
- CUNHA, S. B. da. GUERRA, A. J. T. (orgs.), **Avaliação e Perícia Ambiental**. 9ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009.
- DREW, D. **Processos Interativos Homem-meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papyrus, 2004.
- JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexão e experiências**. São Paulo: SMA, 1998. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/>. Acesso em: 25 julho 2021.
- LOPES, J.G. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geográfica. *Revista Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, vol. 16, n. 2, maio/ ago. 2012. Disponível em < <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/7332/4371> > acessado em 25/08/2021.
- LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação** (coleção Magistério. 2º Grau. Serie formação do professor) São Paulo: Cortez, 1994.
- LUNA, E.P. de; ALVES, C.A.B. Processo de Degradação do Rio Gurinhém Oriundo das Atividades Economicas no Municipio de Sobrado/PB. In: ARRUDA, Luciene Vieira de; MARIANO Neto Belarmino (Orgs.) **Geografia e Território – planejamento urbano, rural e ambiental**. V. II João Pessoa: Ideia, 2013.

- Mendes, R. A.; SOUSA, E. S.; PEREIRA, A. J. A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA LUGAR NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL MODELO EM ARAGUAÍNA – TO. – ISSN: 2317-9430 Revista Tocantinense de Geografia, Araguaína (TO), Ano 06, n. 11, set/dez. de 2017. Acessado em 25/08/2021.
- MILLER JR. G. Tyler. Ciência Ambiental. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 501p.
- NUVES FILHO, A.A.; SALVADOR, D.S.C.O. A paisagem e o território no ensino escolar de Geografia. Revista Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 24, e 31, 2020. Disponível em < <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/43732/pdf>> acessado em 25/08/2021.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- REIGOTA, M. Desafios á educação ambiental escolar. In: JACOBI, P. et al. **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexão e experiências**. São Paulo: SMA, 1998. P. 43-50.
- SALES, E. G.; ALVES, C.A.B. Ações Antrópicas na Bacia Hidrográfica do Rio Cabedelo – João Pessoa/PB. In: ARRUDA, L. V. de; MARIANO NETO B (Orgs.) **Geografia e Território** – planejamento urbano, rural e ambiental. V. II João Pessoa: Ideia, 2013.
- SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de Impacto ambiental – conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006, 495p.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.), **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.